

O AMBIENTE POLÍTICO ECONÔMICO E A SUA RELAÇÃO COM O PODER

Terezinha L. Detoni

Mestre em Administração pela PUC/PR, Professora do CEFET/PR

RESUMO

A economia sempre esteve em estreita junção com a manutenção do poder pelos indivíduos mais privilegiados em todo o mundo. Nações já se levantaram umas contra as outras na busca pelo poder econômico e dominação dos povos. Entretanto, as lições de todas as guerras que ocorreram no mundo não foram suficientes para mudar o perfil e o caráter humano que seguem formulando planos e seccionando os diferentes, quando detentores do poder. A economia, por sua vez, dotada de aspectos e características que a configuram como real, ativa e permanente, sujeita os governos a agirem apenas em benefício próprio e o Estado a manipular a ordem moral e a ética em suas ações. Neste ambiente, a globalização permite que nações esbocem pretensões hegemônicas e desejo de controle mundial dos povos, de suas culturas e de suas riquezas, mas não se detêm na análise do homem como ser produtivo dessa mesma riqueza e como componente do mundo.

Palavras-chave: Política. Economia. Poder. Capitalismo. Hegemonia.

O AMBIENTE POLÍTICO ECONÔMICO E A SUA RELAÇÃO COM O PODER

1. INTRODUÇÃO

Apropriando-se da definição acerca do capitalismo e das mudanças culturais, considera-se válido iniciar este estudo, que aborda o tema Política de Negócios e Economia de Empresas, com o seguinte texto:

No âmbito do capitalismo, visto como modo de produção material e espiritual, como processo civilizatório, tudo se move ao mesmo tempo que se produz e reproduz, modifica, transforma e transfigura. Desenraizam-se gentes, culturas, religiões, línguas, modos de ser, replantados perto e longe, além dos mares e oceanos, em outros continentes. (...) Esse o clima em que se dá a destruição de formas sociais de vida e de trabalho, modos de ser, coletividades, povos e culturas. São imensos, incalculáveis, os custos do mercantilismo, acumulação originária, sistema colonial, imperialismo, multinacionalização, mundialização, globalização, isto é, as diferentes formas e épocas que caracterizam o longo curso da história do capitalismo. A gloriosa trajetória do capitalismo, europeização ou ocidentalização do mundo, pode ser vista, também, como uma espécie de holocausto (IANNI, 1996, p. 62).

Um pouco aquém dessa propriedade, estão os interesses de toda as nações que circunscrevem os chamados países em desenvolvimento, levados por uma corrente tão acelerada de inovações, regras, normas, condutas, governos, políticas, que mal sobra tempo para a percepção do que está instalado como sistema vigente de governo, negócios e economias.

Ainda que a área temática envolva a política de negócios e a economia de empresas, cumpre nortear o tema, mas, compor uma proposta de estudo que delineie um modo latente de economia e política já fundida na ideologia dos indivíduos.

De sorte que este artigo se conduzirá pela apresentação do problema de pesquisa e objetivo, lançando mão de fontes de pesquisa sobre a política, a economia e o poder, em paralelo ao exercício do trabalho, desenvolvido pelo homem.

2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Como problema de pesquisa, delimita-se a economia e sua evolução, o poder e a política, e, determina-se como pergunta da pesquisa, o seguinte: como se configura um ambiente político nos negócios diante do poder?

Assim, o objetivo busca identificar os aspectos e características representativas do cenário econômico e da interferência do poder político neste contexto, em relação ao homem como coadjuvante no processo laboral na geração de riquezas.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia de estudo é a pesquisa bibliográfica em fontes impressas. A elaboração e redação da escrita levam em conta a intenção em respeitar os dados fidedignos em seu teor, de modo a contemplar as características de um e de outro autor na discussão de um mesmo assunto. A partir dos dados obtidos será realizada a análise de conteúdo, observando-se o objetivo do estudo.

Os materiais de estudo são os dados bibliográficos que relatam o capitalismo, a política de poder, a pretensão hegemônica e as questões sociais dos trabalhadores.

4. OS ASPECTOS DA ECONOMIA, DA POLÍTICA E DO PODER

A revisão bibliográfica selecionada para este trabalho é composta de publicações e referências de autores clássicos e consagrados da história, da economia e da política, bem como da própria evolução, ou não, do indivíduo em relação ao que desenha para si mesmo na relação trabalho e economia, apontando aspectos históricos da nação brasileira, da interferência das culturas européias e da América do Norte na figura dos Estados Unidos e nos destinos que tomam os homens como trabalhadores, ou, simplesmente, como sobreviventes neste regime. Este trabalho tem seu início nos registros da história do Brasil, para apontar que, apesar do crescimento administrativo e econômico, verificado entre 1930 e 1945, o capitalismo industrial e financeiro somente se estabeleceu no Brasil a partir de uma fase inicial de transição ocorrida no governo Dutra, de 1946 a 1951 (SENADO FEDERAL, 2003).

Os registros apontam que houve nesse período, uma obediência excessiva do Governo brasileiro ao governo americano, refletida na declaração do General Juraci Magalhães, ex-líder tenentista: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil", de modo que a política econômica de Dutra foi baseada na não intervenção do Estado na economia, congelamento de salários, e total liberdade de ação para o capital estrangeiro. O insucesso dessa política levou o governo a elaborar o plano Salte, que permitia uma intervenção discreta na economia, e que também não obteve êxito (SENADO FEDERAL, 2003).

Aliás, a primeira etapa do processo global de Revolução burguesa no Brasil, na democracia na Primeira República brasileira, apresenta também um aspecto fundamental: ela implica a preservação da situação de dependência, nos planos econômico, tecnológico e político da formação social brasileira com relação aos países capitalistas centrais; bem como a configuração de um padrão retardatário de industrialização, cuja evolução se mostra atrasada, quando comparada à evolução industrial dos países capitalistas de que a economia brasileira depende (SAES, 1996).

Dados comprovam a história, como os da década de 50, com dois grandes grupos disputando o controle político, econômico e ideológico: o grupo progressista, que defendia o nacionalismo econômico, com a intervenção do Estado na economia, as reformas sociais e a liberalização do sistema político e o grupo dos conservadores, que defendia o liberalismo econômico, não-intervenção do Estado, o reacionarismo social e conservadorismo político e a posse de Getúlio Vargas, em 31 de janeiro de 1951, desenvolveu, entre 1952 e 1953, uma das maiores campanhas de opinião pública ocorridas no Brasil, em prol da criação da Petrobrás - que foi amplamente debatida e aprovada pelo Congresso Nacional - em outubro de 1953, e que se refletiu numa grande vitória dos progressistas, um período que trouxe, também, a ascensão do líder petebista João Goulart ao Ministério do Trabalho e a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

A partir de 1988, recomeçou outro ciclo constitucional brasileiro. Na elaboração da Constituição de 1988, o Congresso Nacional foi o grande fórum de debates, destacando-se parlamentares pertencentes às duas principais correntes de sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo, cuja definição partiu do próprio povo em plebiscito realizado em 21 de abril de 1993, quando prevaleceu a forma de governo republicano e sistema presidencialista. (SENADO FEDERAL, 2003).

A visão de uma sociedade democrática e detentora do poder político e econômico passou a ser perseguido:

A sociedade democrática é, por definição, uma sociedade aberta e plural. Qualquer programa de governo deve ter uma perspectiva provisória e limitada no tempo. Um programa de governo, para ser exequível, precisa ser legitimado por um consenso majoritário. A democracia determina que esse consenso seja refeito periodicamente e a sociedade aberta confere a ele um caráter instável. É sob estas condições que a luta pela hegemonia deve ser travada. Ela pressupõe uma mobilidade dos sujeitos políticos porque as posições, os interesses e as condições materiais de vida dos grupos sociais são variáveis (GENOÍNO, 1997, p.1).

Apontando as reminiscências da história, a nível macro, vigora a denúncia de que, em um século, três grandes chances foram desperdiçadas, citando os casos: a) após a Primeira Grande Guerra Mundial, em lugar de uma nova ordem no mundo e de uma verdadeira Liga das Nações, instala-se um caos mundial como nunca tinha existido; após a Segunda Guerra Mundial, em lugar de uma nova ordem mundial e de verdadeiras Nações Unidas, um mundial dividido prevaleceu, com jamais se vira anteriormente e agora; c) após o desmoronamento do comunismo soviético, em lugar de uma nova ordem do mundo e de uma Europa como um lar comum, depara-se com uma nova desordem do mundo. Cabe a pergunta: será que finalmente o século XXI vai criar aquela nova ordem mundial que o século XX, em cujo começo já se tornou perceptível a crise da Era Moderna, não criou? (KÜNG, 1999).

Aqui, abre-se a oportunidade para dois aportes: um deles direciona a revisão bibliográfica para a nova ordem mundial, e outro permite observar a questão, sempre atual, da política, poder e governo. A abordagem primeira, dar-se-á acerca do poder.

Embora a política do poder, violência e guerras sempre existiram na história da humanidade, é possível questionar se tudo é permitido ao Estado. É difícil obter uma resposta segura e fidedigna sobre se o poder se autolegitima, de modo que aquele que detém o poder também tem a seu favor o direito. Ou, ainda, se pode o poder, sempre que encontrar condições favoráveis, se impor mesmo através da violência e de guerra. Tais dúvidas permitem pressupor que, no futuro, sempre que forem encontradas condições favoráveis, poderá ser feita uma política com sangue e ferro, desvinculada de todo sistema de valores, comprometida unicamente com o poder do Estado. Então, tudo é permitido do Estado? Quebra de palavra dada, rompimento de acordos, perfídia, intriga, opressão das minorias ou alianças com adversários ideológicos, seguindo-se a norma da razão do estado, autônoma (KÜNG, 1999).

Sobre o poder, em que poder e verdade estão em conexão:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o *status* daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (FOUCAULT, 1989).

Nesta perspectiva de governar como “[...] estruturar o campo possível de ações dos outros”, o poder é concebido como materialidade, como prática, como acontecimento; é uma técnica; um dispositivo; um mecanismo; um instrumento, métodos aplicados ao controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante das forças do corpo e impõe uma relação de docilidade-utilidade (FOUCAULT, 1989).

Não é aceita, então, a visão do poder como negativo, repressivo, que seria contestado, desafiado e combatido pelos saberes e pela verdade. Para os partidários desta concepção de

poder, geralmente o saber se constitui no elemento de contra-ataque aos males do poder (FOUCAULT, 1989).

A visão de Foucault já havia sido discutida e apresentada por Hobbes (1995)ⁱ de que o homem é um animal aquisitivo, vaidoso e que busca incessantemente sobrepujar os demais, declarando que:

A felicidade é o progresso contínuo do desejo de um objeto para outro, obtenção do primeiro sendo ainda apenas o caminho para o seguinte [...] Afirmando tratar-se de uma inclinação geral de toda a humanidade o desejo perpétuo e sem trégua de poder seguido de poder que cessa apenas com a morte. E a causa disto nem sempre é o fato de que um homem espera uma satisfação mais intensa do que aquela já obtida; ou que ele não possa se contentar com um poder moderado. É porque ele não pode assegurar o poder e os meios para viver bem, que no presente ele possui, sem a aquisição de mais (apud FONSECA, 1993, p. 32-3).

O exercício do poder, porém, não afasta a possibilidade mais do temor do que do amor pelos súditos, a exemplo do que Maquiavel (1913)ⁱⁱ descreveu sobre o caráter do povo, sobre o volúvel temperamento da multidão, no mesmo momento em que é fácil persuadi-la de alguma coisa, é difícil fixá-la naquela persuasão, de modo que é mais seguro ser temido do que ser amado, pela ingratidão com se revelam os homens, simuladores, avessos ao perigo, ambiciosos de ganho e dedicados a quem lhes confere benefícios.

Fato este, corroborado quanto ao atraso ético do homem em relação ao progresso em outras áreas de atividade, em que a acumulação de capital a qualquer preço e o crescimento populacional haviam impedido a afirmação de outros valores essenciais como a autonomia na esfera do trabalho, o respeito pela natureza e o aperfeiçoamento moral e estético, relatado por Millⁱⁱⁱ em resenha ao *Democracia na América*, de Tocqueville^{iv}:

Um nativo dos Estados Unidos se apega aos seus bens deste mundo como se estivesse certo de que nunca morrerá; ele fica tão aflito em agarrar tudo o que está ao seu alcance que se poderia supor que está constantemente com medo de não viver o suficiente para usufruir o que tem. Ela apanha tudo, não aperta nada com firmeza, mas logo solta o que segura para buscar novas gratificações [...] O espetáculo em si é [...] tão antigo quanto o próprio mundo; a novidade é ver todo um povo que o exemplifica (apud FONSECA, 1993, p. 45).

O controle da economia tem sido tentado pelos governos e seus funcionários, desde os tempos mais primitivos, ou, desde o nascimento do Estado organizado; assim, o conceito de um preço equitativo ou justo para determinada mercadoria, um preço que pode e deve ser aplicado pelo governo, coincide com o conceito de civilização. Por isso, nos últimos 46 séculos os governos de todo o mundo tentaram tabelar, de tempos em tempos, salários e preços. Os fracassos em seus esforços eram imputados a seus súditos, em sua desonestidade e fraqueza e nunca à ineficiência da política governamental, tendências que permanecem até hoje (SCHUETTINGER, 1988, p.21).

Há a predileção ao planejamento econômico, de modo permanente, aparece em todas as gerações e é abandonado após alguns anos de experimentações infrutíferas: planos grandiosos costumam ser revelados com grande estardalhaço e grandes esperanças; depois, somem e em décadas, são modificados e reaparecem oportunamente, desengavetados e rebatizados e o processo de gestão econômica e política recomeça (SCHUETTINGER, 1988).

No passado, havia o controle do suprimento de alimentos, como na quinta dinastia^v do Egito, e um dos primeiros controles de salários e preços, na antiga Suméria^{vi}. Na Babilônia, o Código de Hamurabi, o primeiro dos grandes códigos de leis escritas, impôs um rígido sistema de

controles de salários e preços, que dizia respeito a toda a produção e distribuição na Babilônia e asfixiaram o progresso econômico do império por muitos séculos (SCHUETTINGER, 1988).

Retomando-se a nova ordem mundial, é lícito inscrever-se o que foi preconizado na literatura, em 2000, como um novo século sem, contudo, desdenhar o poder das grandes nações e afirmando que os Estados Unidos, ao contrário da Grã-Bretanha do século XIX^{vii}, são uma potência revolucionária, baseada em uma ideologia revolucionária, e se constitui em um Estado empenhado em transformar, de certo modo, o mundo. A hegemonia cultural americana possui uma dimensão política que a hegemonia britânica nunca teve: os britânicos nunca tentaram converter o mundo (HOBSBAWM, 2000).

Para a pergunta feita ainda no século XX: este século que chegou ao fim foi chamado de século americano. Agora os Estados Unidos parecem estar tentados a assumir a tarefa de manter a ordem mundial em escala planetária, usando o OTAN como o instrumento militar dessa ambição?, assim tem-se a resposta:

O fato de que os Estados Unidos obviamente continuarão a ser a principal potência não significa, por si mesmo, que o próximo século será americano. Mas o que eu gostaria de enfatizar é que o próximo século não será de ninguém, porque uma coisa me parece cada vez mais evidente: o mundo tornou-se grande e complexo demais para ser dominado por um único Estado (HOBSBAWM, 2000, p. 56).

O perigo reside, no entanto, às aspirações revolucionárias no sentido de mudar o mundo, inscritas na própria origem do país e às circunstâncias históricas de se verem os Estados Unidos, em um mundo no qual nenhum outro país ou aliança de países é capaz de ameaçá-los em termos militares, constituindo-se numa aposta perigosa, supondo-se a existência de um risco por trás da aspiração dos Estados Unidos a se tornarem a polícia do mundo ou a estabelecerem uma nova ordem mundial (HOBSBAWM, 2000).

Os crimes surgem das idéias obsessivas: a sociedade quer que cada um obtenha seu direito, porém esse direito não é aquele que a sociedade sanciona e, sim, é o direito da sociedade e não de cada um. Pois, *“Yo, por el contrario, fuerte con mi próprio poder, tomo o me doy un derecho, y frente a todo poder superior al mio, soy um criminal incorregible”* (STIRNER, 1974, p. 152). O direito concedido pelos liberais, na verdade, obriga, por ser uma emanção da razão humana, frente à qual a razão individual não mais existe.

Mas, o século XX mostrou que o homem pode ser o pior inimigo de si mesmo, considerando que a Primeira Guerra Mundial representou um divisor de águas, ao revelar a fragilidade da civilização européia e expor o caráter ilusório da crença na inevitabilidade do progresso (STIRNER, 1974).

Há que se estimar, sob esse augúrio, que os apontamentos de Lucrécio sobre o progresso tecnológico e econômico promova, de alguma forma, o retrocesso moral, registrados no Livro 5 *De rerum natura*, em que o autor desenvolve um argumento engenhoso para mostrar que o custo do processo civilizatório foi o sacrifício de valores importantes e a corrupção dos sentimentos morais. Fica explicitado na afirmação: se entre os primitivos, era a fome que trazia a morte, agora, é a abundância que destrói os homens (FONSECA, 1993).

Numa posição mais extremada, Lucrécio, apesar de reconhecer os benefícios trazidos pelo progresso das ciências produtivas na agricultura e mineração, pelo avanço da ciência e da medicina e pelo aperfeiçoamento gradual de instituições sociais como a linguagem, a propriedade privada, a moeda e as leis positivas do Estado, considera que o crescimento da riqueza, organização da vida política no Estado e o uso do dinheiro transforma o caráter dos homens. No

mesmo exemplo, a orientação sobre o tema é pensar que “a pobreza resulta do aumento dos desejos do homem e não da redução de suas posses”(PLATÃO, apud FONSECA, 1993, p. 117).

Assim, a necessidade humana foi mãe das invenções notáveis que, por sua vez, cria no homem necessidades cada vez maiores e ansiedades imaginárias, tanto que a afirmação a seguir causa surpresa:

Os homens civilizados, em suma, são vítimas da sua insaciedade e da incontinência de seus desejos: ‘batalham na rota estreita da ambição, transpirando sangue e exaurindo-se em vão, já que para eles as coisas têm sabor apenas na boca de outros homens, e eles perseguem seus fins somente por conta daquilo que ouviram os outros dizer, em vez de fazê-lo por conta dos próprios sentimentos’. A ignorância e escassez dão lugar à vaidade, inveja e ganância. Assim motivados, os homens se entregam ao vício do envenenamento mútuo e, no limite, à guerra (LUCRÉCIO, *De rerum natura*, Livro 5, linhas 1130-5, p.233, apud FONSECA, 1993, p.33).

Deste fecho, comenta-se o fato de que ainda existe algo pelo que valha a pena morrer, apoiando-se na afirmação de Anthony Giddens de que ninguém teria motivo para viver, se não houvesse algo por que morrer, associando-a ao declínio dos valores coletivos e com o crescimento de uma sociedade extremamente individualista. Exemplifica com a guerra em Kosovo, travada em nome dos mais elevados valores morais, mas baseada na idéia de que, em nenhuma circunstância, poderia morrer um único soldado da OTAN (HOBSBAWM, 2000).

A globalização é coadjuvante da ruptura dos estilos de vida tradicionais, porém, o aspecto dessa ruptura que se permite seja vinculado de modo direto à globalização é a insegurança da empresa, pela obrigação e adotar maior flexibilidade no que se refere à mão-de-obra. A verdade, no entanto, reside no fato estratégico para aumentar os lucros, reduzindo a dependência da empresa em relação à mão-de-obra humana ou pagando menos aos empregados. “Na economia capitalista moderna, o único fator cuja produtividade não pode ser facilmente ampliada e cujos custos não podem ser facilmente reduzidos é o relativo aos seres humanos”, ocorrendo pressões para eliminá-los da produção, uma forma de justificar o processo (HOBSBAWM, 2000, p. 138).

Foram-se as empresas cuja existência baseava-se na aceitação generalizada dos valores de solidariedade e dos vínculos familiares, a base confiável de mão-de-obra, pronta a partilhar dos interesses da empresa e para a qual os sentimentos de obrigação e de dever não precisavam ser impostos, pois se encontravam implícitos em seu código moral.

Hoje, na era do neoliberalismo, consolidam-se gradativamente as idéias de que as antigas motivações deixaram de ser importantes, e podem ser desprezadas sem nenhuma consequência, isentando as empresas da lealdade dos administradores ou por parte dos trabalhadores, pressupondo-se que o possível êxito de uma empresa coexista com a insegurança permanente e a mudança contínua de seus dependentes. A medida de avaliação nesta “época gloriosa das finanças especulativas internacionais” é calculada no êxito de um investimento, de um dia para o outro, ou mesmo, de hora em hora (HOBSBAWM, 2000, p. 140).

O mercado mundial aprova a desigualdade do comércio, na troca de mais horas de trabalho dos países pobres por menos horas de trabalho dos países ricos. A exploração reside em que existe uma enorme diferença nos níveis de salários de uns e outros países e que essa diferença não está associada à diferença da mesma magnitude na produtividade do trabalho. O fato é que são os salários baixos que determinam os preços baixos: os países exportam sua pobreza, se empobrecendo cada vez mais, enquanto os países ricos obtêm o resultado inverso (GALEANO, 1987).

No entendimento da ideologia burguesa a família deixa de ser entendida como uma relação social que assume formas, funções e sentidos diferentes seja em decorrência das

condições históricas ou da situação de cada classe social na sociedade, mas, a família é representada como sendo sempre a mesma, uma realidade natural, biológica, sagrada, eterna, moral e pedagógica, que ensina as regras da verdadeira convivência entre os homens, o que pressupõe a idéia clara de família e da realidade histórico-social da família como eixo construtor da riqueza ou, pelo menos, da sobrevivência de seus membros (CHAUI, 1994).

Em complemento a esta compreensão, no momento em que se afirma que o trabalho dignifica o homem não se analisam as condições reais de trabalho, que brutalizam, entorpecem, exploram certos homens em benefício de uns poucos, invertendo a realidade histórico-social do trabalho. Então, no momento em que se apregoa que os homens são livres por natureza e essa liberdade de escolher entre coisas ou situações dadas é expressa em sua liberdade, em quais situações, efetivamente, são dadas escolhas aos homens? (CHAUI, 1994, p. 88).

Observa-se que o processo social é um todo indivisível e resulta, imediatamente, do comportamento humano; os fatos econômicos, por sua vez, resultam do comportamento econômico, este, dirigido à aquisição de bens. Daí entram as considerações acerca do trabalho humano, e de que a sua quantidade é determinada pelas circunstâncias dadas, ou seja, conhecidas as possibilidades de emprego do trabalho de todos os indivíduos, há uma escala rigorosamente determinada de tais empregos, permitindo-se comparar, em qualquer ponto de uma escala, a utilidade esperada de todo emprego concreto em comparação com a desutilidade que acompanha o emprego (SCHUMPETER, 1997).

Este raciocínio remete a concluir que, à medida que se progride na satisfação das necessidades, mais declina o impulso para o trabalho e ao mesmo tempo mais cresce a quantidade com que é comparado, a saber, a desutilidade do trabalho, até promover um equilíbrio. Cumpre explicitar que a potência de ambas as forças varia de acordo com os indivíduos e segundo os países, e, nesta variação, repousa um fator explicativo fundamental da conformação da história pessoal e nacional. (SCHUMPETER, 1997).

Deste modo, a liberdade de escolha quanto à execução do trabalho humano, que sofreu a análise de Humboldt^{viii} (1966) ao estudar hábitos e conduta de habitantes nativos da América Latina, passa antes pelo resultado da completa falta de motivação para fins econômicos. Sua descrição, assim registra:

As ruas do México estão apinhadas com cerca de 20 a 30 mil miseráveis (*saragates, guachinangos*), a maior parte dos quais passa a noite *sub dio*, e que se espicham sob o sol durante o dia, cobertos apenas com um pedaço de pano [...] Preguiçosos, desleixados e mansos [...] os *guachinangos* não possuem qualquer traço de ferocidade no seu caráter e nunca pedem esmolas; pois, se eles trabalham um ou dois dias por semana, conseguem ganhar o suficiente para adquirir sua pulque ou algum dos patos que cobrem os lagos mexicanos, os quais são assados na própria banha (FONSECA, 1993, p. 158-9).

Será que faz eco esta constatação de Humboldt, com o que refere Malthus (1836)^{ix} sobre o homem e seu desejo: “... o homem como ele realmente é não passa de um ser inerte, indolente e avesso ao trabalho, a menos que compelido pela necessidade”, a quem, se dado uma chance, escorrega para uma doce vida de sombra e água fresca? A busca econômica decorre, neste caso, da instalação de um ambiente propício de educação, adversidade e escassez para florescer (FONSECA, 1993).

Ou, então, dá-se razão aos cálculos realizados pelas Nações Unidas, de que pelo menos a quarta parte da população das cidades latino-americanas habita “assentamentos que escapam às normas modernas de construção urbana”, casebres de lata, barro e madeira que brotam antes do amanhecer, “extenso eufemismo dos técnicos para designar os tugúrios conhecidos como *favelas* no Rio de Janeiro, *callampas* em Santiago do Chile, *jacales* no México, *barrios* em Caracas e

barriadas em Lima, *villas miseria* em Buenos Aires e *cantegriles* em Montevideu” (GALEANO, 1987, p. 268 – grifos no original).

Nesta que se denomina de “Uma maioria de derrotados”, há uma população à margem das grandes metrópoles, cujos governos acumulam como resultado da violação dos pactos solidários, da quebra da fé jurada nos hinos e nas constituições, edificações de riqueza e o poder. A riqueza que gera a concentração de renda não se irradia sobre o país inteiro nem sobre a sociedade inteira, mas consolida os desníveis existentes e os aprofunda (GALEANO, 1987, p. 269).

Os americanos contrapõem a idéia de democracia igual a mercado, em que o universo do consumo surge assim como lugar privilegiado da cidadania, em vista de que os diversos símbolos de identidade têm origem na esfera do mercado. Alia-se, assim, a idéia de consumo com a percepção de que a memória nacional, para se constituir, releva os elementos da tradição, e segue a modernidade emergente com o mercado em que ser americano significa estar integrado a este sistema de valores.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para que se elabore uma análise de resultados, é necessário traçar linhas de suporte que estimem os resultados possíveis encontrados nas fontes bibliográficas para este trabalho.

Um dos resultados, acredita-se, parte da concepção de que a economia não se desprende do poder, em momento algum da história, mas, ao contrário, percebem-se reminiscências de fatos passados, mesmas estratégias de manutenção do poder e ligação estreita com a política e o Estado.

Em outro aspecto observado, verifica-se a construção de ideologias que perseveram e atravessam as décadas, senão os séculos, sem modificar sequer o ambiente em que sobrevivem. E, em nome de ideologias, fracos sucumbem, suas tradições deixam de ser expressões da memória nacional frente a países dominantes e em nome da globalização, as culturas se aculturam^x.

Por fim, a formação da memória que acumula os preceitos, permite depreender que os sintomas que delimitam as medidas entre os países ricos e países pobres estão em incursão cada vez mais próxima das grandes catástrofes mundiais, sejam elas de que âmbito forem, delegando responsabilidades ao Estado.

De modo que a análise dos resultados pode trazer estranhamento àqueles que se enraízam em ideologias que tratam os homens e as nações diferentemente, pois, muito além de apenas encontrar a resposta ao problema de estudo, a política e a econômica configuram-se como um ambiente político nos negócios diante do poder o próprio poder em si, com aspectos e características representativas do cenário econômico o próprio ambiente macro e globalizado que está passando por cima das mesmas ideologias, das crenças e valores e segue repetindo os mesmos erros de planos passados e Estados governados por autoridades relapsas.

6. CONCLUSÃO

Não seria pertinente ignorar que a história já registrou na memória do consumo as tendências econômicas que estão movendo o mundo, no giro predito por Adam Smith (1976)^{xi} na *Teoria dos Sentimentos*, sobre o combustível da ambição econômica e da paixão pela riqueza, que passa longe do prazer do consumo ou mesmo da segurança material e vai encaixar-se na

conquista da aprovação geral e uma disposição favorável ao demais: ocupar um lugar de honra na mente dos semelhantes, pois “quando os meios de vida já foram obtidos, a esmagadora maioria do trabalho e do esforço restantes que ocorrem no planeta tem como objetivo adquirir o respeito ou a opinião favorável dos homens, ser admirado...”(MILL, 1958, p. 57)^{xii}.

Nem tampouco menosprezar que o desenlace da criação da riqueza em um ambiente político tem feito exatamente o que o mundo espera: que manipule o poder de acordo com os desejos humanos latentes. Embora distantes desses projetos, muitas sociedades encontram em sua memória esse imaginário, cientes de que se rondam a ética, valores, crenças, partilhamento de um conjunto de pessoas imersas na modernidade do mundo.

Esta observação, porém, não cabe exatamente como uma janela aberta que descortina respostas; cabe mais e, sim, apropriadamente, à esperança das pessoas que vivem em um nível de subsistência, pela constatação de uma mudança social e cultural em sua paisagem, sem garantia dos elementos básicos da vida, pessoas que ficam felizes em reconhecer o aumento da riqueza global, cientes de que haverá necessidade de aculturação no novo modelo globalizado e adaptação das culturas umas às outras em escala interplanetária.

Isto, contudo, não significa a dominação ou homogeneização de um único Estado detentor do poder no mundo. Pode-se especular acerca dessa pretensão: o que se descortina, sem prévia afirmação, é uma reinvenção de formas de controle que difunda uma cultura de massa global, dedução esta, que põe fim a este artigo, sem pretender finalizar a discussão deste tema, mas de lançá-lo à mente curiosa de outro pesquisador, que vá mais a fundo e traga as referências que esta gama de registros não comportou.

7. REFERÊNCIAS

- BRASIL.** Senado Federal. História do Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.senadofederal.org.br/web/historia>>, 2003. Acesso em: nov. 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 38 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FONSECA, Eduardo Giannetti da. **Vícios privados, benefícios públicos: a ética na riqueza das nações.**São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 1989.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GENOINO, José. Reformar o capitalismo. **O Estado de São Paulo.** 04 de outubro de 1997.
- HOBBSAWM, Otávio. **O novo século:** entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- IANNI, Octavio. **A Sociedade Global.**Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- KÜNG, Hans. **Uma ética para a política e a economia mundiais.** Petrópolis: RJ: Vozes, 1999.
- SAES, Décio. Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas.**Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, 6-7/jun./nov. 1996.
- SCHUETTINGER, Robert L. **Quarenta séculos de controles de preços e salários:** o que não se deve fazer no combate à inflação. São Paulo: Visão, 1988.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- STIRNER, Max. **El único y su propiedad:** el falso principio de nuestra educación o humanismo y realismo. Trad. Subirats, E. Barcelona: Editora Labor, 1974.

-
- ⁱ HOBBS, T. *Leviathan; or the matter, forme and power of a commonwealth ecclesiastical and civil* (1651). Ed. M. Oakeshott. Oxford, 1955.
- ⁱⁱ MAQUIAVEL, N. *The prince*. Trad. N.H.Thomson. Oxford, 1913.
- ⁱⁱⁱ MILL, J.S. *Collected works*. Ed. J.M. Robson. Toronto, 1963-78.
- ^{iv} TOCQUEVILLE, *Democracy in América*, vol.2, pp.1612. Ao resenhar o trabalho de Tocqueville, em 1840, Mill o descreveu, em termos altamente elogiosos, como o início de uma nova era no estudo científico da política (MILL, Works, vol. 18, p.156).
- ^v “O homem ou a classe que controla o suprimento de alimentos essenciais detém o poder supremo. A garantia do abastecimento dos alimentos constitui, portanto, a preocupação dos governos desde o início de sua existência”, escreveu Mary Lacy em 1922. Na quinta dinastia do Egito, datada por volta de 2830 a.C. ou mesmo antes, o monarca Henku mandara inscrever em sua tumba: “Eu fui senhor e superintendente do trigo meridional desta monarquia” (SCHUETTINGER, 1988, p. 22).
- ^{vi} Em *Must History repeat Itself*, obra de Antony Fischer, chama a atenção para um rei da Suméria, Urakagina, de Lagash, cujo reino iniciou por volta de 2350 a.C. Urakagina possuía um dos mais preciosos e reveladores documentos a história do homem e de sua eterna e incansável luta para se libertar da tirania e da opressão. Esse documento registra uma vasta reforma de toda uma série de abusos reinantes, a maioria dos quais podia ser atribuída a uma democracia ubíqua e odiosa [...] é nesse documento que a palavra ‘liberdade’ é usada pela primeira vez na história escrita do homem; a palavra é *amargi*, [...] significando literalmente ‘volta a mãe’[...] ainda não sabemos por que esta figura de linguagem passou a ser usada significando ‘liberdade’.” (KRAMER, S.N. *The Sumerians* (Chicago: University of Chicago, 1963, p. 79).
- ^{vii} Praticamente todos os esportes conhecidos no mundo foram inventados e praticados primeiro na Grã-Bretanha. A moda masculina originou-se na Inglaterra. Hoje as pessoas ainda jogam futebol em todas as partes do mundo, e os homens se vestem à maneira inglesa, ainda que a Grã-Bretanha não esteja mais na liderança tanto no futebol como na moda.
- ^{viii} HUMBOLDT, Political essay, vol. 1, p. 235. Saragates e guachinangos eram as denominações dadas aos habitantes sem moradia na cidade do México. O pulque é uma bebida fermentada mexicana feita à base do vegetal agave.
- ^{ix} MALTHUS, T.R. *Principles of economics* (1920). Londres, 1949, p.1.
- ^x Aculturação 1. Processo decorrente do contato mais ou menos direto e contínuo entre dois ou mais grupos sociais, pelo qual cada um desses grupos assimila, adota ou rejeita elementos da cultura do outro, seja de modo recíproco ou unilateral, e podendo implicar, eventualmente, subordinação política. 2. P. ext. O estado que resulta desse processo. 3. Psicol. Sociol. Adaptação de um indivíduo a uma nova cultura com que estabelece contato, seja em seu local de origem, seja em outro local para que se tenha mudado (Dicionário Aurélio Século XXI – Eletrônico, 1999).
- ^{xi} SMITH, Adam. *Theory of moral sentiments* (1759). Eds. D.D.Raphael e A.L. Macfie, Oxford, 1976.
- ^{xii} MILL, J.S. *Utility of religion* (1874). In *Nature and utility of religion*. Indianápolis, 1958.